Declaração de Voto

Vencida pelos seguintes fundamentos:

1 — Considero que a norma constante do artigo 5.º da Lei n.º 2078, de 11 de julho de 1955 é inconstitucional, por violação do direito de propriedade, uma vez que afasta, de uma forma absoluta, o dever de indemnização em caso de imposição de servidões militares ou de outras restrições de interesse militar. Esse dever de indemnizar é afastado mesmo quando se dá uma ablação do direito de propriedade de efeito equivalente ao de uma expropriação.

De facto, a inconstitucionalidade de norma legal que não prevê qualquer indemnização para a imposição de sacrifícios patrimoniais privados de natureza análoga ao da expropriação decorre, pacificamente, da jurisprudência do Tribunal Constitucional (citada aliás, no presente acórdão). Numa expressiva linha de decisões, o Tribunal Constitucional julgou inconstitucional o disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Código das Expropriações, então em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 845/76, de 11 de dezembro, (CE76) na medida em que não previa a indemnização do prejuízo resultante da imposição de uma servidão *non aedificandi* sobre certos terrenos, por violação dos artigos 13.º e 62.º, n.º 2, da Constituição. Ora, a redação desse preceito do CE76 — «*As servidões derivadas diretamente da lei não dão direito a indemnização, salvo quando a própria lei determinar o contrário*»- é literalmente muito próxima da norma que é objeto da presente decisão — «*As servidões militares e as outras restrições de interesse militar ao direito de propriedade não dão direito a indemnização*».

A servidão militar aqui em causa é uma servidão administrativa equivalente à que se encontrava prevista no Código das Expropriações e que foi reiteradamente julgada inconstitucional.

2 — É certo que o Tribunal Constitucional nunca afirmou que toda e qualquer servidão administrativa, diretamente imposta por lei, deveria ser acompanhada da devida indemnização, a conceder, nos termos dos artigos 13.º e 62.º, n.º 2, da CRP, ao proprietário por aquela afetado, mas isso não esgota a questão de constitucionalidade colocada no caso em presença. No caso do presente recurso, o que é pedido ao Tribunal é que avalie a desconformidade constitucional de uma norma (cuja aplicação foi recusada pelo tribunal a quo) que afasta sempre o dever de indemnizar pelos sacrifícios patrimoniais decorrentes de servidão militar, ainda que estes se apresentem como equivalentes aos sacrifícios decorrentes de uma expropriação.

3 — O acórdão parece alhear-se da eventualidade de uma imposição de uma servidão militar poder originar, em certos casos, um nível de sacrifício que justificaria o direito a indemnização, aceitando a conformidade constitucional de uma norma segundo a qual a servidão militar nunca dá origem a indemnização.

Ora, uma tal norma, só por si, demonstra ser desproporcionada por excessiva, e, em consequência, violadora do direito de propriedade — porque exclui sempre, independentemente do caso, o dever de indemnização.

4 — É também verdade que o regime em análise se apresenta como geral e abstrato, aplicando-se, tendencialmente, a todos os proprietários nas mesmas condições, com o objetivo de assegurar a prossecução de fins de interesse público. Tal como é correto afirmar que não existe uma ablação total da propriedade — ela não muda de mãos.

Mas, mais uma vez, essa não é a questão. A questão objeto do presente processo prende-se com o facto de o regime de instituição de uma servidão militar poder levar a um sacrifício do direito de propriedade — dele excluindo certas facultades de utilização privada do imóvel -, que seja equivalente ao sacrifício expropriatório, sem que exista o correspondente dever de indemnização decorrente do artigo 62.º, n.º 2, da Constituição. Com efeito, no regime aplicável aos terrenos que ficam onerados pelas servidões em presença, os prédios em causa ficam sujeitos ao disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 47 040, que proíbe, sem licença prévia da autoridade militar competente, entre outros trabalhos e atividades, «fazer construções de qualquer natureza». Os critérios legais a que deve obedecer a apreciação de pedidos de licenciamento em áreas sujeitas a servidões militares constam do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 45 986, de 22 de outubro de 1964. Acontece que esses critérios se encontram definidos de uma forma tão geral, utilizando cláusulas de tal forma indeterminadas (como «permitir às Forças Armadas a execução das missões que lhes competem» ou a garantia «do funcionamento das instituições militares»), que concedem um enorme grau de discricionariedade às autoridades militares, à margem da possibilidade de controlo judicial — como se pode ver no presente processo.

5 — *De acordo com o acórdão, não se está aqui perante uma restrição do direito de propriedade, mas apenas a sua conformação ou limitação. No entanto, tendo em conta o espaço de livre decisão administrativa concedido às autoridades militares, a verdade é que*

o proprietário se encontra numa posição de sujeição que pode ter efeitos próximos dos expropriativos. Como refere José de Melo Alexandrino, «A distinção entre “restrição” e “limitação” é, no entanto, relativa, uma vez que uma limitação pode transformar-se facilmente numa restrição. É isso que acontece, por exemplo, se for exigida uma autorização prévia discricionária [...]» (cf. José de Melo Alexandrino, Direitos Fundamentais Introdução Geral, Princípios, 2011, pp. 124-125). Assim, apesar de formalmente ser correto afirmar que a servidão em questão não implica, verdadeiramente, perda da aptidão para construir, a verdade é que coloca o seu proprietário numa posição em que essa aptidão se encontra inteiramente nas mãos de uma autoridade administrativa, que sobre ela decidirá casuisticamente.

Sem pôr em causa o pressuposto de que parte o acórdão de que a concessão da indemnização não é condição da licitude constitucional de norma “conformadora” do direito de propriedade, entendo no entanto, que a proibição absoluta de concessão de indemnização — sem qualquer exceção — pode afastar essa licitude, nos casos em que — como no presente — surja como uma solução excessivamente gravosa para o direito de propriedade.

6 — Para além disso, numa perspetiva mais genérica, não concordo com certos aspetos da fundamentação do presente acórdão. De acordo com o que se retira do acórdão a lei, na medida em que possa ser vista como reguladora ou conformadora do direito de propriedade, de uma forma geral e abstrata, nunca poderia ser considerada violadora deste direito, apenas podendo ser julgada inconstitucional à luz de princípios genéricos como a igualdade ou a proporcionalidade. Uma lei violaria o direito de propriedade privada na medida em que, ela própria corporizasse uma concreta ablação do direito de propriedade de uma pessoa ou conjunto de pessoas. Todavia, aceitar esta visão é aceitar o esvaziamento do âmbito de proteção de um direito fundamental absolutamente central, como é o direito de propriedade. Na medida em que se aceite que o direito de propriedade privada é um direito fundamental ao qual é aplicável o regime constante no artigo 18.º da Constituição, não pode deixar de se aceitar também que as restrições ao direito de propriedade terão de ser controláveis pela jurisdição constitucional, a essa luz, mesmo que não imponham um sacrifício grave e especial para um particular.

A norma objeto do presente recurso configura uma restrição de um direito fundamental — o direito de propriedade. O *jus aedificandi* não deve ser visto como uma mera concessão do poder público — antes está intrinsecamente relacionado com o direito de propriedade e assim deve ser analisado. O que não significa que não possa ser afetado, comprimido ou até suprimido. Na “perspetiva jusfundamental [...]”, o problema das servidões administrativas *non aedificandi* e de quaisquer restrições por utilidade pública ao direito de propriedade privada do solo deve ser sempre considerado como problema de restrições a direitos fundamentais, seja quando se apresentam com a gravidade equivalente a uma expropriação, e, nessa altura, devendo ser correspondentemente tratadas e indemnizadas — independentemente das formulações mais ou menos restritivas da lei — seja, quando, mesmo não apresentando tal gravidade e sendo constitucionalmente legítimas, devam ser eventualmente indemnizáveis em função dos interesses em ponderação, dos prejuízos em causa e das circunstâncias objetivas do caso concreto” (J. Reis Novais, “Ainda sobre o *jus aedificandi*”, in *Direitos Fundamentais: triunfos contra a maioria*, Coimbra Editora, 2006, p. 150).

Maria de Fátima Mata-Mouros.

208084962

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO PORTO

Anúncio n.º 225/2014

Faz-se saber que nos autos de ação administrativa especial, registados sob o n.º 1700/14.3BEPRT, que se encontram pendentes neste Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, Unidade Orgânica 1, em que são Autor José João Vilarinho Esteves e Réus Ministério da Saúde e Administração Regional de Saúde do Norte, IP, são os candidatos ao procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo Aviso n.º 10074/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de agosto, nos termos dos n.ºs 5 a 7 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e ao abrigo do Despacho n.º 8056-C/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho, destinado ao preenchimento de 50 postos de trabalho para a categoria de assistente da área de Medicina Geral e Familiar da carreira especial médica, me-

diante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Adriana Ferreira da Costa;
 Alexandra Daniela da Silva Costa;
 Alexandra Martins Soares Pina;
 Ana Filipa Pereira Belo;
 Ana Isabel Valongo Ramôa de Castro;
 Ana Luísa Garrido de Oliveira;
 Ana Luísa Machado Gonçalves de Abreu;
 Ana Sofia Correia Dias Ribeiro;
 Ana Sofia Duarte Barbosa;
 António Pedro Lemos Pinho;
 Carla Andreia Martins Marques Osório;
 Carla Sofia Pinto Moreira Lopes da Mota;
 Carlos Ricardo Guimarães Alves de Moura;
 Carolina Maria Resende Espada;
 Catarina Isabel dos Santos Matias;
 Cláudia Sofia Gomes de Carvalho;
 Cláudia Sofia Vaz Gomes;
 Cláudio Alexandre dos Anjos Alves;
 Cristina Maria Duarte Barbosa;
 Daniela Patrícia Neves Pinho;
 Débora Milanez Moreira Rodrigues;
 Diana dos Santos Ferreira de Matos;
 Diana Raquel Garrido Figueiredo;
 Dinis Rodrigues Brito;
 Edite Liliana Mendes Gonçalves;
 Elena Tsyba;
 Ermelinda Isabel Faria Alves;
 Fernanda Filomena Vieira Correia Bragança Pinheiro;
 Filipa Alexandra Tavares de Sousa Castro;
 Helena Isabel Gonçalves Velho;
 Herminia Isabel Ferreira Teixeira;
 Inês Soares Pires;
 Irene Maria Gonçalves Lopes;
 Isabel Cristina Silva Ribeiro;
 Jessica Louise Costa;
 Joana Catarina Ventura Teixeira Amaral;
 Joana Isabel Gonçalves Ferreira Alves;
 João Miguel Marques Baptista da Silva;
 Joaquim Manuel Albuquerque de Carvalho de Sousa Pinto;
 Jorge Alexandre Almeida Queirós;
 José Agostinho Oliveira Pereira dos Santos;
 José Eduardo Monteiro Corujo Moreira Carneiro;
 José Rui Araújo Castro Garcia de Magalhães;
 Josué Manuel Marques Viana;
 Liliana Isabel Vieira de Sousa;
 Liliana Rego Soares;
 Luís Miguel Ovelheiro Marques de Sousa;
 Maria Angélica Nogueira Nunes;
 Maria Antonieta Freitas Azerdo;
 Maria Clara Martins Pinto Ferreira;
 Maria João Barbosa Silva;
 Mariana Luísa Tavares Martins;
 Marta Cristina Moreira Aroso;
 Marta Sofia Soares Loureiro;
 Paulo Sérgio Rodrigues Pires;
 Pedro José da Costa Félix de Morais Sousa;
 Raquel Briosa Pereira;
 Ricardo Jorge Monteiro Faria;
 Rogério Miguel Madeira Gaspar;
 Sabina Moreira Nogueira dos Santos;
 Sandrina Gomes Rodrigues;
 Sandrina Lopes Monteiro;
 Sandrina Salgado Martins;
 Sofia Alexandra de Carvalho Fernandes;
 Sofia Baía Moreira;
 Solange Teles Braga;
 Teresa Filipa Valongo Ramôa Gonçalves;
 Vera Mónica Leal da Ávila,

citados para, no prazo de 15 dias, se constituírem como contrainteressados no processo acima indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 82.º do CPTA, cujo objeto do pedido consiste, em síntese, em ser declarada a nulidade do Despacho n.º 8056-C/2013 praticado pelo primeiro Réu, por violação do núcleo essencial do direito de igualdade de acesso ao emprego e do princípio da igualdade, e declarada a nulidade de todos os atos consequente do referido despacho, particularmente o ato de exclusão do Autor do concurso aberto pelo Aviso n.º 10074/2013 praticado pelo segundo Réu, incluindo a necessária invalidação deste concurso,

devido ambos os Réus serem condenados a absterem-se da prática de atos que incorram nas mesmas invalidades/nulidades, tudo com a demais consequências legais.

Uma vez expirado o prazo referido, os contrainteressados que como tais se tenham constituído consideram-se citados para contestar no prazo de 30 dias a ação acima referenciada, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação, devem deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõem fazer.

Caso não lhes seja facultado, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo e disso derem conhecimento ao juiz do processo, permite-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que venham a ser notificados de que o processo administrativo foi junto aos autos.

São obrigados de que é obrigatória a constituição de advogado, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do CPTA.

A apresentação de contestação, implica o pagamento de taxa de justiça autoliquidada.

Sendo requerido nos Serviços de Segurança Social benefício de proteção jurídica na modalidade de nomeação de patrono, deverão os citandos juntar aos presentes autos, no prazo da contestação, documento comprovativo da apresentação do referido requerimento, para que o prazo em curso se interrompa até notificação da decisão que sobre o mesmo recaiu.

Os prazos acima indicados são contínuos, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais e terminando em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro; de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.

10 de setembro de 2014. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Catarina de Sousa Vasconcelos*. — O Oficial de Justiça, *José Manuel Faria*.

208086882

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 11634/2014

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, datado de 10.09.2014, no uso de competência delegada:

O Dr. José Alberto Martins Moreira Dias, juiz de direito, foi colocado, por permuta, na secção do Trabalho da Instância Central do Porto Este, em Penafiel — Juiz 3.

A Dra. Berta Fernanda Gonçalves Pacheco, juiz de direito, foi colocada, por permuta, na secção do Trabalho da Instância Central do Porto Este, em Penafiel — Juiz 4.

O presente despacho produz efeitos a 01 de setembro de 2014.

11 de setembro de 2014. — O Juiz -Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

208089239

Despacho (extrato) n.º 11635/2014

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 10.09.2014, foi criado o local de estágio na Comarca de Aveiro/Instância de Aveiro e alteradas as nomeações, a que se refere o Despacho n.º 10444/2014, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de agosto, da seguinte forma:

Susana Raquel Campos Tamagnini Barbosa — Comarca de Aveiro, Instância de Aveiro;

Gisela Maria da Costa Ferreira Marques — Comarca de Leiria, Instância de Leiria;

Jorge Nuno de Oliveira Pinho Fernandes — Comarca de Leiria, Instância da Nazaré.

Pelo mesmo despacho foram ainda designadas formadoras as Exmas. Juizas de Direito Dra. Maria Eduarda Pereira Lopes Vila-Chã Neto Brandão e Dra. Isabel Dolores Marques de Oliveira Lisboa.

11 de setembro de 2014. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

208089271